

EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Jaqueline Moll*

Vivemos, no Brasil, um contexto político e social favorável ao debate da educação integral, com demonstrações explícitas a favor da agenda e da implementação de políticas de educação integral que garantam a ampliação do tempo escolar para, no mínimo, sete horas diárias. Pautada como um dos temas da *Conferência Nacional de Educação*, realizada em abril de 2010, a educação integral está presente em debates de diferentes atores da vida pública brasileira, entre eles: Consed, Undime, CNTE, Congresso Nacional, universidades públicas e organizações não governamentais.

Através do *Programa Mais Educação*, instituído no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007, o Ministério da Educação adensa este debate, através de assistência técnica e financeira a escolas e redes municipais e estaduais de ensino, e colabora para a construção de uma agenda nacional que permita a reorganização do tempo e do currículo escolares, na perspectiva de uma educação que amplie, significativamente, as dimensões e oportunidades formativas na educação básica.

Convergem para este esforço o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que, de modo inédito, prevê um percentual diferenciado de financiamento para educação integral, e o *Programa Nacional de Alimentação Escolar*, que contempla, desde 2008, financiamento diferenciado para os estudantes que participam do *Mais Educação*. Tais possibilidades caracterizam aspectos da passagem de um “programa” para uma política pública sustentável e continuada.

Os esforços materializados neste Programa atingem, desde 2008, cerca de 10.000 escolas públicas e 2.251.000 estudantes em 399 cidades brasileiras, em todos os estados da federação. Como ação pedagógica, tem incidido



sobre o olhar cristalizado acerca da “escola de turnos”, ratificada, ao longo do século XX, na organização escolar brasileira, como se fosse impossível pensar na escola de dia inteiro, ação do Estado em, praticamente, todos os países desenvolvidos.

Esses novos arranjos educativos precisam remontar sua fonte histórica, como desdobramentos dos sonhos sonhados por muitos, dos quais são expoentes Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Para eles, o esforço para desnaturalização da “escola de turnos”, desonesta segundo Darcy, insuficiente segundo Anísio, e a construção da *escola de dia inteiro* impõem-se como condições para fazer frente às profundas desigualdades sociais, convertidas em desigualdades educacionais e consagradoras de um regime secular e simbólico de “castas”, praticamente intransponíveis para os filhos das classes populares.

Soma-se a eles Paulo Freire, que, embora não tenha seu pensamento notabilizado pelos temas da educação integral, insistiu tanto na importância do encontro entre saberes acadêmicos e saberes populares quanto na relação entre escola e comunidade - aspectos que se podem constituir em fundamentos para a reorganização das práticas escolares na direção de uma educação integral.

Para além do espaço específico da sala de aula, o *Mais Educação* financia atividades que aconteçam em espaços significativos da vida do bairro e da cidade, estimulando a experiência cultural e civilizatória do cinema, teatro, museu, parques e outros espaços, como parte da ação curricular da escola na contramão da segregação em que vivem milhões de crianças e jovens no Brasil. Compreende-se que é necessário, ao mesmo tempo, qualificar os espaços escolares em termos de sua infraestrutura e constituir territórios educativos que se expandam a partir e para além da escola.

As atividades que materializam esses esforços são financiadas através do *Programa Dinheiro Direto na Escola/FNDE* e são agrupadas em dez macrocampos: 1) Acompanhamento Pedagógico; 2) Educação Ambiental; 3) Esporte e Lazer; 4) Direitos Humanos; 5) Cultura e Artes; 6) Cultura Digital; 7) Prevenção e Promoção da Saúde; 8) Comunicação e Uso das Mídias; 9) Investigação no Campo das Ciências da Natureza; 10) Educação Econômica (para o detalhamento das possibilidades contidas nesses macrocampos, recomenda-se acessar www.mec.gov.br/maiseducacao).

As escolas prioritárias para o Programa são as que apresentam baixo Ideb, em territórios prioritários de atuação, marcados por situações de vulnerabilidade so-

cial e educacional. Esse “recorte” dá conta do caráter de discriminação positiva e de política afirmativa que dimensiona as ações do *Programa Mais Educação*.

Para enraizamento da política da educação integral, estimula-se a organização de comitês locais, metropolitanos, regionais, estaduais e interestaduais, que permitam processos de interação entre os gestores estaduais, municipais, escolares, as universidades e a sociedade civil, em processos que vêm constituindo um significativo “movimento de educação integral” país afora.

Arriscar na construção de um paradigma contemporâneo de educação integral implica mergulhar no interior das escolas, tensionando suas lógicas temporais, epistemológicas e espaciais no sentido de sua reinvenção e de seu (re)encontro com seus sujeitos e seus territórios.

Como pano de fundo, a questão estrutural da educação brasileira que se coloca para implementação da educação integral é que consigamos constitui-la como instrumento estratégico para diminuir as profundas desigualdades educacionais que presenciamos nas próprias escolas públicas e entre escolas públicas e privadas. Sem essa consideração, corremos o risco de reduzir todo esforço a um “momento” de inovação educacional, o que é sempre desejável, mas não suficiente para dar conta de nossos assombros com a escola pública no Brasil. ■

*Doutora em Educação, professora da UFRGS e diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação

www.oei.org.br